

Ofício 06/2023

Brasília-DF, 04 de janeiro de 2023.

A Excelentíssima Senhora
Nísia Trindade
Ministra de Estado da Saúde

Excelentíssima Senhora,

A Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores da Saúde, Trabalho, Previdência Assistência Social e ANVISA, entidade que representa os(as) trabalhadores(as) da Saúde, Trabalho, Previdência e Anvisa tem travado uma luta histórica por quase quatro décadas em defesa dos serviços públicos e dos(as) trabalhadores(as) do seguro e seguridade social e Anvisa.

Nesse sentido, expõe através do presente documento os desmontes realizados nos últimos governos nas políticas de saúde, trabalho e previdência social e a retirada de direitos dos(as) servidores(as) dessas políticas. Ainda, encaminhamos as pautas de reivindicação dos(as) trabalhadores(as) federais da saúde.

O Ministério da Saúde encontra-se em uma situação gravíssima diante da forma que o governo anterior tratou esses servidores e servidoras, com total descaso. O desmonte construído passa pelas maiores dificuldades, desde a insensibilidade com o período da Pandemia, seja com a população ou com os servidores, até as pequenas coisas do cotidiano, como a apresentação de um atestado, que atualmente tem que ser feito apenas pela internet e com prazo muito curto, quando a maioria dos servidores tem dificuldade de acesso à internet, o que acaba ocorrendo desconto do dia, mesmo o servidor tendo atestado, gerando demandas judiciais desnecessárias.

Passando pelo mais absoluto abandono dos servidores descentralizados, que por muitas vezes, se quer conseguem um atendimento por telefone nas superintendências estaduais. Em todo o período do governo anterior nunca conseguimos uma audiência para apresentarmos as dificuldades e solicitar intermediação no descumprimento do acordo de greve (2015), descumprimento de ações judiciais ganhas, distorções criadas na última contrarreforma da previdência social que prejudicou todos os(as) trabalhadores(as) em especial os que estavam próximos de se aposentar, bem como, os(as) pensionistas com redução drástica das pensões, além da questão dos servidores da Vigilância em Saúde (mata – mosquitos da Funasa) do Rio de Janeiro que até hoje estão fora de qualquer carreira do serviço público federal.

Esse desmonte da saúde pública influenciou diretamente nas estruturas descentralizadas, como o descaso com os hospitais federais do Rio de Janeiro; alagamento por chuva na superintendência do Pará; problemas estruturais na superintendência de São Paulo e mudança de sede como a de Minas Gerais sem a discussão com as entidades representativas dos(as) trabalhadores(as), dificultando o acesso de todos e demonstrando a realidade de problemas aviltantes que vivenciam os(as) servidores(as) federais da saúde.

Urgente ainda, acertar a dívida salarial com esses servidores que foram prejudicados no Acordo de Greve de 2012, onde os trabalhadores do MS ficaram com os menores índices salariais. Acrescentamos ainda, os 06 anos sem nenhuma recomposição salarial. Ressalta-se que não estamos falando em aumento de salário, mas do fato, que o governo anterior, foi o único ao longo da nossa história que não concedeu um centavo de recomposição para os trabalhadores (as) do serviço público federal.

Diante desse quadro caótico realizamos no início de 2022 uma greve que durou mais de 60 dias e nenhuma das reivindicações da categoria foram atendidas, tornando imperativo que o novo governo abra debate com a entidade representativa dos trabalhadores do Ministério da Saúde para tomar ciência detalhadamente dos problemas e buscar conjuntamente soluções para os mesmos.

De forma emergencial solicitamos que o governo apresente uma proposta de recomposição salarial, viabilize a incorporação das gratificações (acordo de greve de 2015) e viabilize o pagamento de no mínimo 50% no valor do custeio do plano de saúde (*per capita* patronal). Além de reformular a Nota Técnica 05/22, cumprindo a decisão judicial para converter o tempo especial em tempo comum para fins de aposentadoria. Ressaltamos ainda que é fundamental a implementação do Comitê Gestor da Carreira do Ministério da Saúde. Assim, apresentamos em anexo a pauta de reivindicação da categoria para balizar o debate com o governo.

Pautas emergencial:

✓ 1 – Incorporação das Gratificações ao Vencimento Básico – VB:

Os trabalhadores e trabalhadoras do Ministério da Saúde possuem 3 gratificações (GACEM/GEACE/GDPST) conforme a natureza do cargo. Para passar os valores das gratificações para o Vencimento Básico (VB) seria necessário um pequeno aporte financeiro em cima do anuênio, pois o mesmo, incide sobre o VB.

Os valores pagos atualmente a título de gratificações estão em aproximadamente 353 milhões meses e os valores pagos a título de anuênio está em 52 milhões mensais.

A proposta seria de incorporação das gratificações no VB de forma gradativa, o que poderia ser em um ou dois anos, no máximo, de tal forma que o impacto pudesse ser diluído ao longo do período. Para tal, considerando uma proposta de um ano, precisaria de um aporte financeiro de 50 milhões meses. Considerando o valor pago mais o aporte financeiro, com 102 milhões meses (52 milhões já existente e 50 milhões em dinheiro novo) (1,3 bilhão ano – 700 milhões existente e 600 milhões em dinheiro novo) seria possível fazer essa incorporação.

✓ – Aumento da per capita da saúde:

No início da conquista desse benefício a proporção dos pagamentos oscilavam em 20% do valor do plano de saúde sendo pago pelo trabalhador e 80% pago pelo governo, nas estatais a cobertura pelo governo era de 100%. O governo regulamentou os valores para pagamento de assistência em saúde, em no máximo 50% governo e trabalhadores(as), entretanto na prática essa proporção está em 12% para o governo e 88% para o(a) trabalhador(a), invertendo a lógica desse benefício e deixando os trabalhadores e trabalhadoras a própria sorte. Infelizmente, a grande maioria dos(as) servidores(as) do Ministério da Saúde – MS, depois de contribuir uma vida para o plano de saúde, passam a ficar sem assistência por não ter mais condições de manter o pagamento do mesmo.

Os valores gastos com plano de saúde no MS estão em aproximadamente 14 milhões por mês (valores arredondados), para chegar na proporção de 50%/50% precisaria de um aporte financeiro de 46 milhões, somando o valor atualmente gasto mais o aporte financeiro a previsão financeira para o exercício 2023 para este item seria de 60 milhões meses (780 milhões anos – sendo 182 milhões já existente e 598 milhões, de dinheiro novo). Valores relativamente baixos considerando o benefício que essa proposta traria aos trabalhadores(as).

✓ Instalação da Mesa Setorial Nacional e Regionais (Estaduais) de Negociação do Ministério da Saúde:

É fundamental que o governo abra o mais rápido possível os canais de negociação com as entidades representativas dos trabalhadores, o que contribuirá no diagnóstico da situação e na busca para a solução das dificuldades.

Diante do exposto, solicitamos um aporte financeiro de 1,2 bilhões anuais no orçamento para esse fim (cálculo aproximado), para dar viabilidade a essas duas propostas, que não resolve o problema, mas certamente contribuirá para minimizar o impacto da inflação no salário dos(as) trabalhadores(as) do MS. Além disso, solicitamos a imediata instauração de um Comitê Gestor da Carreira do Ministério da Saúde para debater com entidades alterações necessárias na carreira.

Por fim, solicitamos a agendamento de audiência com a excelentíssima Sr.^a Ministra para tratar das pautas de reivindicação emergencial e a pauta de reivindicação geral em anexo.

Nos colocamos à disposição para mais esclarecimentos.

Respeitosamente,



Laurizete Gusmão

Diretoria Colegiada da FENASPS